



• É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

A LAGOA DAS SETE CIDADES – CRISTALIZAÇÕES DE MEMÓRIAS,
MITOS E LENDAS.

LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR,
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA
LINGUAGEM

TEMA: 3.1.

A Lagoa das Sete Cidades situa-se no interior de um cone de estrato vulcânico. Formada, segundo alguns, por dois lagos contíguos, a verdade é que o contraste entre a cor azul e a cor verde das águas de cada um deles oferece um dos mais esplendrosos espectáculos naturais. Tanta beleza tem, ao longo dos séculos, incendiado a imaginação dos homens que foram projectando, nas suas águas, velhos mitos diluvianos de continentes e cidades perdidas; velhas profecias apocalípticas e algumas memórias mais ou menos traumáticas. Nas suas margens aprenderam a sublimar os medos e a curar a dor, deram-lhes formas literárias e criaram lendas de encantar.

Alguns viram nela vestígios do grande continente que teria constituído a Atlântida descrita por Platão; outros confundiram-na com a Ilha dos Bem-Aventurados ou com a ilha de São Brandão; outros, ainda, lembraram-se dos castigos divinos, do dilúvio, das cidades pecaminosas, de Sodoma e Gomorra e das catástrofes que engoliram cidades ricas e opulentas como forma de castigo divino pela luxúria, pela injustiça e pela falta de compaixão, como se julgava ter acontecido com várias cidades e aldeias dos países baixos, onde se desenvolveu, desde a Idade Média, todo um ciclo de lendas em torno das cidades desaparecidas, engolidas pelo mar

ou afundadas em lagos e lagoas, no fundo dos quais, ainda hoje, muitos conseguem ouvir o chamamento dos sinos nas noites de Natal.

1. As versões da lenda

Várias são as versões da lenda que conhecemos sob o nome genérico da lenda das sete cidades. Centrâmo-nos no núcleo das versões que nos pareceram mais antigas, as que melhor articulavam os seus mitos clássicos com as angústias do pensamento medieval, afastámos assim as versões ou características que exibiam uma estilística poética excessivamente pronunciada, tal como se tornou de bom gosto com o romantismo no século XIX. As versões, hoje mais difundidas, na ilha, terão sido criadas após a sua colonização e apresentam fórmulas poéticas excessivamente rebuscadas. Apresento aqui um extracto de uma delas que me foi transmitida directamente numa das minhas viagens a São Miguel, no âmbito de um dos Colóquios da Lusofonia. Conta a história os amores contrariados entre um pastor e uma jovem princesa. Parece-me apresentar menos interesse do ponto de vista do imaginário, pela frequência e recorrência do tema dos amores contrariados que levam à morte dos dois intervenientes, e pela ausência dos núcleos míticos relacionados, por um lado com os espaços utópicos e por outro com os castigos, de tipo diluvianos, que constituirão o verdadeiro núcleo desta comunicação: “Um abismo os separava / Que um rei cruel o cavou / Lá no fundo havia fogo / E a princesa então chorou. // Chorou princesa e pastor / E as lágrimas corriam / Que dois lagos se formaram / Sete cidades se viam. // Sete cidades no fundo / Dos lagos que se beijaram / Um é verde, outro é azul / Cor dos olhos que choraram.” As versões divulgadas por Gentil Marques (1977), por Fernanda Frazão (s.d.) e por José Viale Moutinho (2005) foram, certamente, as que granjearam maior divulgação junto do conjunto da população portuguesa. O núcleo mítico permanece rigorosamente o mesmo, embora divirjam em pormenores



narrativos, apresentando o primeiro autor, aqui citado, a versão mais literária e mais elaborada e o último uma versão mais adequada aos mais jovens, isto é mais resumida e mais simplificada.

Já José Leite de Vasconcelos, em *Contos Populares e Lendas* (1969, II, 862-863), referia Arruda Furtado, *Nas Ilhas Encantadas* lembrando um artigo de um jornal dos Açores de 1926, em que o Dr. Humberto de Bettencourt apresentava uma alocação aos alunos da Escola Normal Primária intitulada: “A lagoa das sete Cidades – Razão deste nome na história e na lenda micalense.”: “Quando a gente portuguesa, em princípios do século XV, se lançou arrojadamente na empresa de desvendar os mistérios do Mar Tenebroso, fê-lo ainda muito imbuída das ficções e lendas maravilhosas, que desde a mais remota antiguidade andaram sempre ligadas à existência desse Mar e das terras desconhecidas que na sua imensidão se ocultavam. Uma dessas ficções, e das que mais vivamente impressionavam as imaginações do tempo, era a que se referia à existência, em longínquas paragens oceânicas, duma ilha, chamada dos Sete-Bispos ou das Sete-Cidades, por nela se presumir a localização doutros tantos centros urbanos, de avantajada grandeza e sumptuosidade, em que se congregavam importantes núcleos de população cristã da Península Ibérica, emigrada da mesma na época das invasões dos Árabes...” A lenda permite situar com alguma precisão os acontecimentos do ponto de vista temporal e histórico, tendo-se dado a realização da viagem no ano de 1040. “Os bispos seriam neste caso moçárabes, acompanhados por muçulmanos da tribo Al-Kabya, tendo partido da cidade de Lisboa. Noutra versão, os bispos terão partido do Porto.” (Paulo Pereira, 2006, IX, 31).

Outra, que nos parece mais antiga, afirma-se como uma lenda histórica recheada de elementos míticos, faz referência a um rei poderosíssimo, senhor de uma ilha

continente, fora das colunas de Hércules, em pleno Atlântico, onde reina a justiça, a paz e a sabedoria. Muitos julgaram reconhecer nesse continente a famosa e esplendorosa civilização da Atlântida descrita por Platão. Infelizmente, segundo a versão de Gentil Marques, a infertilidade da sua esposa tornara-o triste e taciturno, cada vez mais irado, insensato, irrefletido, cruel, injusto, rancoroso, impaciente, impulsivo e exacerbado, espalhando o ódio e a guerra. Após uma violenta disputa com a rainha, apareceu-lhe uma luz em forma de mulher que lhe anunciou que Deus se havia compadecido do sofrimento da rainha e que em breve seriam pais de uma filha, linda como o sol, todavia, para penitência dos seus pecados, o rei ficava proibido de a ver durante os seus primeiros trinta anos. A princesa teria que ser guardada dentro de um palácio guardado por sete cidades, cercadas por intransponíveis muralhas de bronze. A desobediência a esta proibição seria punida com a sua morte e a aniquilação do seu reino por um imenso cataclismo. O rei tudo vez tal como a luz lhe ordenara, voltou a ser um bom rei, mas com o tempo voltou a cair numa profunda depressão causada pela saudade da imagem e a ausência do carinho da filha. A saudade tornou-o impaciente e, sofredor, voltou às fúrias até enlouquecer e partiu a caminho do castelo guardado pelas sete cidades: “Quando chegou junto das muralhas altas e fortes, desembainhou a espada e descarregou sobre elas um terrível, um espantoso golpe, em que pôs toda a sua impaciência de alma e todo o sofrimento do seu coração. Nesse mesmo momento, houve um ruído imenso, a terra estremeceu e das suas entranhas saíram enormes línguas de fogo... O mar, numa fúria indomável, cresceu sobre a terra e envolveu-a completamente... As nuvens e as ondas misturaram-se, confundiram-se, num cenário de tragédia.” (Gentil Marques, 351) Do cataclismo sobraram apenas nove bocados de terra que constituíram o arquipélago dos Açores. O palácio onde vivia a linda princesa transformou-se na lagoa das sete cidades; de um lado, azul, pela cor do seu vestido; do outro, verde, pela cor dos seus sapatos.



Fernanda Frazão prefere sublinhar a dimensão medieval da versão eventualmente moçárabe aqui referida, recorda a antiga Antília, porto sonhado por navegadores e aventureiros das descobertas marítimas. Conta-nos que o filho do próprio Cristóvão Colombo testemunhara o fascínio que tal ilha exercia no imaginário do pai que lhe motivou desejos de partida e de busca. Algumas cartas de marear anteriores aos descobrimentos, enquanto projeto organizado, traziam, de facto, figurada, a oeste da costa portuguesa, uma enorme ilha com o nome de ilha das Sete Cidades. Conta-nos que uma lenda do tempo da invasão de Tárique, no ano de 711, relata-nos que um grupo de sete bispos fugiu da península com todos os cristãos que o desejaram, embarcando na voz do Douro em busca de segurança e paz, aportando numa ilha paradisíaca onde cada bispo terá fundado uma cidade com governo próprio.

Tal fora a sabedoria dos seus governantes que se estruturara uma sociedade ideal, possibilitando a todos um desenvolvimento espiritual e filosófico que só as utopias podiam oferecer. Conta que alguns navegantes lá terão chegado fortuitamente e terão trazido ao infante D. Henrique um punhado de areia da praia donde um ourives de Lisboa extraiu bastante ouro. Os homens em questão terão desaparecido do reino quando os mandaram lá regressar.

A ilha fabulosa nunca mais fora achada. Relata a lenda que, certo dia, um enorme cataclismo desmoronara os maravilhosos palácios e as muralhas das sete cidades, enquanto ondas alterosas se encarregaram de apagar aquele paraíso da face da terra. No seu lugar ficaram nove pequenos pedaços de terra, perdidos na imensidão do mar: “Tudo quanto restou foi a memória do paraíso fabuloso e duas belíssimas lagoas, uma verde, outra azul: a Lagoa das Sete Cidades.” (Frazão, 123)

2. A Atlântida, a Ilha dos Bem-Aventurados, a Antília e São Brandão

A Atlântida foi vencida pela sua própria avidez e sede de conquista. A sua ambição fê-la afastar-se da retidão e da justiça. Perderá a guerra contra a sabedoria de Atenas e será destruída pela ira divina. É essa mesma avidez e sede de riquezas que levará os portugueses a esquecerem os valores que determinaram a fundação e a consolidação da sua nacionalidade, levando-os a um empreendimento que custará a vida a milhares de seres humanos: “Pois nesse tempo podia atravessar-se esse mar. Nele existia uma ilha, diante dessa passagem a que chamais, segundo dizeis, as colunas de Hércules. Esta ilha era maior que a Líbia e a Ásia reunidas.” (Traduzido por Fernando Martinho a partir de Platão, Oeuvres complètes, t. X Timée, Les Belles Lettres, Paris, 1956 in Droz, 162; Platon, II, 440) “Durante numerosas gerações, e enquanto dominou nelas a natureza do deus, os reis escutaram as leis e permaneceram ligados ao princípio divino, com o qual tinham parentesco. Os seus pensamentos eram verdadeiros e grandes em tudo; usavam de bondade e também de discernimento em presença dos acontecimentos que sucediam e uns em relação aos outros. Assim, desdenhosos de todas as coisas para além da virtude, faziam pouco caso dos seus bens: transportavam como um fardo a massa do seu ouro e das suas outras riquezas, não se deixavam embriagar pelo excesso da sua fortuna, não perdiam o domínio sobre si mesmos e caminhavam retamente. Com uma clarividência aguda e lúcida, viam bem que todas estas vantagens aumentavam pelo afeto recíproco unido à virtude, e que, pelo contrário, o zelo excessivo para com estes bens e a estima que por eles se tem fazem com que eles próprios se percam, e que também a virtude pereça com eles. Por efeito, deste pensamento e graças à presença persistente do princípio divino neles, todos os bens que acabamos de enumerar não cessavam de crescer em seu proveito. Mas, quando o elemento divino começou a diminuir neles, por efeito do cruzamento repetido com numerosos elementos mortais, quando dominou o carácter humano, então, incapazes daí em diante de suportar a sua prosperidade presente, caíram na



indecência. Pareceram disformes aos olhos dos homens clarividentes, porque tinham deixado perder os mais belos dos bens mais preciosos. Pelo contrário, aos olhos de quem não sabe discernir que género de vida contribui verdadeiramente para a felicidade, foi então que pareceram perfeitamente belos e bem-aventurados, cheios como estavam de avidez injusta e de poder. E o deus dos deuses, Zeus, que reina pelas leis, e que certamente tinha o poder de conhecer todos estes factos, compreendeu que disposições miseráveis tomavam esta raça, com um carácter primitivo tão excelente. Quis aplicar-lhes um castigo, a fim de os fazer refletir e de os reconduzir a uma maior moderação. Para este efeito, reuniu todos os deuses, na sua mais nobre morada: esta situa-se no centro do Universo e vê do alto tudo o que participava do Devir...“ (Traduzido por Fernando Martinho, a partir de Platão, Oeuvres completes, t. X Critias, Les Belles Lettres, Paris, 1956 in Droz, 164-165; Platon, II, 546-547).

A Atlântida passou a ser uma metáfora de um espaço de perfeição, um paraíso terreal, uma promessa de eterna sabedoria e felicidade tanto para cristãos como para muçulmanos, tão real que passou a ser procurada por homens santos, aventureiros e representada nas mais antigas cartografias medievais: “Foi de Lisboa que partiram os Aventureiros quando da sua expedição que tinha como objetivo saber o que o oceano encerra e quais são os seus limites, como dissemos. Existe em Lisboa, junto dos banhos termais, uma rua com o nome de Rua dos Aventureiros. Eis como as coisas se passaram. Reuniram-se oito homens, todos primos-irmãos. E depois de terem construído um navio de transporte, embarcaram nele água e víveres em quantidade suficiente para uma navegação de vários meses. Fizeram-se ao mar ao primeiro sopro do vento leste. Depois de terem navegado uns onze dias, chegaram a um mar cujas ondas espessas exalavam um odor fétido e ocultavam numerosos recifes que dificilmente eram visíveis. Receando perecer, mudaram a direção das velas e correram para o

sul durante doze dias e atingiram a ilha dos Carneiros, assim chamada porque numerosos rebanhos de carneiros pastavam sem pastor e sem ninguém para os ajudar.” (Coelho, António Borges: 54, 55). O trecho incendiou tanto a imaginação da época que continua a fazer parte do imaginário poético contemporâneo: “- Há alguns anos, foi desta cidade, a mais ocidental de todo o al-Andalus e do mundo conhecido, que partiu um grupo de oito aventureiros, todos eles primos-irmãos, cujo objetivo era descobrir o oceano e os seus limites. Reuniram-se no mesmo local onde nos encontramos neste preciso momento e combinaram a sua façanha. Construíram, então, um navio de carga e lançaram-se ao mar. Não conseguiram, porém, passar além de umas ilhas que encontraram no mar alto e, segundo contaram no regresso, foram atacados por bandos de aves de rapina da família dos falcões, chamadas açores.” (Santos, Alberto: 173, 174.)

Não há dúvida que o texto árabe ou eventualmente moçárabe referido por António Borges Coelho faz alusão a uma das versões da Navegação de S. Brandão: “Singravam com vento em andamento ligeiro, pois Deus era o seu guia. Por mar correm grande parte do ano, e aí vão avistando muitas maravilhas e suportando grandes canseiras. Pareceu-lhes avistarem terra tão longe quando a podiam divisar. Sem demora, para ali se dirigem, velas desfaldadas e mãos nos remos. Ao chegarem lá, amarram o navio na praia e entram em terra. Nessa terra avistam ovelhas sem número, todas de velos brancos e de tamanho que ultrapassa o dos veados.” (ed. Crítica: Nascimento, Aires A., 1998, 151).

Narciso Armando aproveitou, de forma encantadora, todo este imaginário lendário e poético na sua monografia romântica *Terra Açoriana*: “É esta a lenda remota da Atlântida, que a Idade Média não esqueceu. Os antigos historiadores orientais tinham falado desse grandioso continente desaparecido. As tradições e lendas medievais guardaram a recordação confusa de terras perdidas no Oceano imenso, povoadas e civilizadas, imersas em bruma, mistério e encanto. Quando, pela



Europa além, renasceram a arte, a filosofia e o esplendor dos velhos tempos clássicos e as trevas medievais principiaram a dissipar-se, uma nova aurora pairou sobre o Mundo. Mas as antigas lendas maravilhosas continuaram a povoar a imaginação dos povos. Afugentados da Terra os fantasmas do passado, era no Mar que eles ainda encontraram refúgio, entre nevoeiro misteriosos e longínquos, na amplidão das águas, que se perdiam no infinito vago e tenebroso. Para a fantasia tétrica e fatalista duns, o Mar era semeado de ilhas de morte, povoadas de monstros horrendos. Para a imaginação poética e crente doutros, o Mar, em vez de Inferno, era Paraíso, semeado de ilhas de maravilhosa riqueza e encanto, povoadas de gente feliz e bem-aventurada. A Ilha de S. Francisco, a Ilha de S. Brandão eram terras abençoadas, onde a vida corria santa e sem pecado. A Ilha das Sete Cidades, a Antília, era vasto império oceânico, onde um príncipe cristão imperava sobre povos crentes e piedosos. Assim, como lá para o Oriente, no interior da Ásia, imperava, num reinado feliz e secular, o famoso Prestes João, separado da Cristandade pelo mar imenso da Moirama; assim, lá para o Ocidente, no meio do Atlântico, reinava, na Antília fabulosa, o famoso Tartarax, também cristão e crente, separado da Cristandade pelo deserto imenso das águas.” (Narciso, Armando, 1932, s.p.).

3. As Sete Cidades e as cidades submersas e sepultadas

Não nos alongaremos sobre a densa simbólica universal atribuída ao número sete. Representa a totalidade do tempo e do espaço, uma totalidade de um dinamismo total. Sete são os dias da semana, os planetas conhecidos pelas civilizações clássicas, os graus da perfeição, as esferas ou graus celestes. Recorrente na Bíblia, representa a totalidade humana, simultaneamente masculino e feminino no Talmude; familiar ao Islão, e em particular ao ismaelismo, sete são as voltas que o fiel deve dar à Caaba durante a sua peregrinação à Meca. Chevalier e Gheerbrant

(1994, 605) referem que a famosa obra de Nizami, *As Sete Princesas*, junta a simbologia das cores à da astrologia: “ cada um dos sete palácios tem a cor de um dos sete planetas; em cada um deles encontra-se uma princesa de um dos sete climas.” O tema das sete colinas sagradas está subjacente ao estabelecimento de grandes cidades imperiais: Roma, Constantinópla, Lisboa...

A cidade que assenta em sete colinas, a cidade formada por sete núcleos ou sete colinas, institui-se como um centro poderosíssimo onde espaço e tempo ganham uma dinâmica sagrada fundindo o homem, a sociedade e o cosmos numa dimensão intemporal e atópica (Paulo Pereira, XIV, 2006, 129-130). O motivo do encanto que rodeia certas das cidades sepultadas por castigos é bastante recorrente na tradição portuguesa e europeia em geral. Na Beira Baixa, na Serra da Estrela, diz-se ter havido uma cidade perto da Lagoa Escura, onde viveu um pastor que muito viajava guiado por uma estrela que terá dado o nome à Serra (J. Leite de Vasconcellos, II, 1969, 869). Na península da Tróia em frente a Setúbal diz-se que existia uma cidade que se arrasou toda com a areia que caiu do céu por castigo e que ainda hoje existe muitos tesouros por debaixo daquela areia, o que do ponto de vista arqueológico não deixa de ser relativamente verdade: “Grande peixe é a baleia, / Que lá no mar se criou! / Três dias choveu areia, / Quando Tróia s’arrasou!” (J. Leite de Vasconcellos, II, 1969, 871). Em Mallorca (Capdepera) também se refere a existência de uma cidade encantada que é conhecida com o nome de Paradela e que os velhos pescadores de Artá asseguram ser a mítica e lendária Tróia (Sabrafín, 2001, 57).

J. Leite de Vasconcellos cita Franz Schemarsel, *Die Sage von der Untergangene Stadt*, p. 58 (Berlim 1913) para referir que em certas ocasiões vêem-se as suas antigas habitantes a lavarem-se, a pentear-se e a fiarem, tal como as nossas Moiras. A tradição francesa associa frequentemente *Mélusine* a tesouros encantados e a cidades submersas. Refere que em lendas bretãs, normandas e



flamengas, em certos dias, em particular na noite de Natal, haja que já tenha ouvido, vindo dos fundos dos lagos o dobrar dos sinos a chamar para a missa do galo. O homem medieval não concebe o castigo divino apenas no inferno, teme a ira de Deus como uma das suas manifestações neste mundo, tal como acredita nos milagres enquanto recompensas concretas dos que os merecem pelo seu esforço e virtude. Os castigos não recaiam apenas sobre os indivíduos mas sobretudo sobre as sociedades e as cidades pecaminosas tal como acontecera com Sodoma e Gomorra (Génesis 19: 24-28). O coletivo teme a ira divina quando se afasta da palavra de Deus. O egoísmo coletivo, o orgulho, o esbanjamento de alimentos, a exibição de incalculáveis fortunas perante a miséria, as privações, as doenças e os maus-tratos são sentimentos que atormentam o inconsciente coletivo, tal como todo o tipo de perversões e de má governação em que o exercício do poder é discricionário e autocrático baseado no medo, na tortura e na humilhação.

Os Países Baixos, pela sua situação geográfica, e pelas riquezas geradas pela sua intensa atividade comercial destacam-se na construção desse tipo de imaginário. É evidente que reais e constantes inundações de terras literalmente arrancadas e conquistadas ao mar estão na base da formação de numerosas lendas que irradiaram por toda Europa e acompanharam uma população que se via obrigada a emigrar pelos cataclismos naturais e pelas constantes rixas e guerras causadas pela cobiça e pela ganância. Em alguns casos Deus envia um mensageiro para por à prova o amor ao próximo, mas é sempre junto dos pobres que encontra acolhimento, encontramos o mesmo tema na mitologia grega e que Ovídio (1966, 221-224) retomou nas suas *Metamorfoses* (Filemon e Baucis): “Jadis, il y e de cela bien des siècles, Léau était une ville riche et fière, remplie de bâtiments splendides et de châteaux, si bien que les princes pensèrent même en faire leur capitale. Les grosses tours grises se dressaient fièrement vers le ciel, symbole des riches orgueilleux qu’elles abritaient. C’était en vain que le pauvre

mendiant frappait à la porte des châteaux, elles restaient closes ou si elles s’ouvraient c’était pour laisser sortir un chien qui chassait les pauvres gens. (...) Leur prière fut entendue: par une froide nuit de Noël, Dieu envoya l’ange Gabriel, habillé en mendiant vers l’orgueilleuse ville des riches. Priant et mendiant, l’ange alla de porte en porte, mais partout se heurta à des refus cruels et à des injures. La coupe était pleine. Léau devait cesser d’exister. Une bise cinglante souffla sur les fortifications, chassant la neige dans l’air obscurci, une terrible tempête approchait. Sur l’ordre de Dieu, le sol s’affaissa, des vagues sauvages déferlèrent en hurlant sur les murailles puissantes, l’eau monta toujours plus haut, tout fut renversé et dans un grand cri de désespoir, la ville s’enfonça dans l’abîme, engloutissant les riches pendant qu’ils festoyaient. “(Marquet e Roeck, 1980, 282-283) Em todos os tempos, as grandes calamidades ajudaram alimentar a imaginação popular que interpretava esses fenómenos da natureza como castigos divinos. Gregório de Tours relata que no ano 580, no quinto ano do reino de Childeberto, grandes dilúvios castigaram várias regiões da Gália franca sob o domínio dos Merovíngios (Grégoire de Tours, 1980, 17-19 e 41-43).

4. Conclusão: Entre a Lenda e a História

De todo o que ficou dito, penso poder afirmar que o imaginário da Lenda das Sete Cidades reforça o que, desde Gaspar Frutuoso, sabemos quanto à originalidade da genética e da cultura açoriana e em particular micaelense. Em primeiro lugar reforça o contributo mediterrânico, sem menosprezar os contributos do Norte da Europa com particular destaque para o núcleo flamengo.

Relativamente a São Miguel, parece-me que a provável colónia de africanos ou mouriscos não pode de nenhuma forma ser desvalorizada e terá sido tão importante para a sua primeira identidade cultural quanto a colónia de reinóis, com



maior domínio dos algarvios e alentejanos. “O grande número de mouriscos, criados do Infante D. Henrique, sugere o carácter quase compulsivo da colonização micalense logo numa fase inicial, explicável quer pela debilidade das correntes migratórias, quer pela especificidade do clima da ilha (...) Qual o estatuto jurídico desta primeira leva de mouriscos? Da leitura das fontes fica-nos a impressão de que se trataria de homens semi- livres (servos), mas posteriormente os “mouros” serão recrutados como escravos.” (Santos, 1989, I, 132). Numa segunda fase teremos que ter em conta um número significativo de degredados e perseguidos pela justiça, verificando-se até alguns casos de bigamia. Mais tarde encontraremos gente oriunda de todo o reino desde Entre-Douro e Minho até ao Algarve, sem menosprezar os das Beiras e da Estremadura.

O Povoamento das ilhas fez com sofrimento, talvez até alguma desumanidade: “Nós sabemos, pela história, como se fez, de forma tão desumana, o povoamento da ilha de S. Tomé, começado em 1486 com portugueses, na maioria degredados por comutação de pena de morte, e escravos que se iam buscar à costa da actual Nigéria para ficarem a seu serviço nos trabalhos agrícolas. Em 1493, foram juntar-se-lhes 2000 crianças judias de ambos os sexos, com menos de oito anos de idade, arrancadas a seus pais, expulsos de Castela no ano anterior” (Campos, Viriato, s.d., 97).

A lenda é constituída de medos, pesadelos, sonhos e superstição mas também de religiosidade, uma religiosidade intimamente ligada às forças da natureza e, em particular, ao vulcanismo: “De todas as ilhas, aquelas onde o povo é mais religioso, de uma religiosidade feita de temor, sincera, sem fanatismo, mas nebulosa e apavorada, é São Miguel. Esta feição do espírito religioso do micalense, que aliás também existe, posto que em menor grau, nas outras ilhas e se traduz, como nota Arruda Furtado, na designação de castigo, aplicada não só

às grandes catástrofes, como a pequenas desgraças triviais...” (Ribeiro, 1983, 525).

A Laqa das Sete Cidades constitui uma das mais perfeitas cristalizações do temor popular em relação à ira divina. Segundo Bachelard (1983, 339) a ira constitui a mais directa das transacções entre os homens e o universo e vice-versa: “L'eau violente est un des premiers schèmes de la colère universelle”.

5. BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston (1983) – *L'eau et les rêves. Essai sur l'imagination de la matière*. France: Librairie José Corti.

BRUNEL, P. (1988) – *Dictionnaire des Mythes Littéraires*. France : Éditions du Rocher.

CAMPOS, Viriato (s.d.) – *Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores*. Lisboa: Europress.

CHEVALIER J.; GHEERBRANT A. (1982) – *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema.

COELHO, António Borges (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Caminho.

DIAS, Tenente Francisco José (1981) – *Cantigas do Povo dos Açores*. Instituto Açoreano de Cultura. Açores: Angra do Heroísmo.

DROZ, Geneviève (1992) – *Os Mitos Platónicos*. Lisboa: Publicações Europa-América.

FRAZÃO, Fernando (s. d.) – *Lendas Portuguesas*. Lisboa: Amigos do livro.

GOEMAERE, Pierre (1974) – *Si le monde avait été plus grand...* Brussels: Editions Labor.

MARQUES, Gentil (1997) – *Lendas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.



- MARQUET, Léon; ROECK, Alfons (1980) – *Legendes de Belgique*. Uitgeverij N. V. «De Vlijt» Antwerpen.
- MOUTINHO, José Viale (2005) – *Portugal Lendário*. O livro de ouro das nossas lendas e tradições. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- NARCISO, Armando (1932) – *Terra Açoreana*. Lisboa: Edições Paulo Guedes.
- NASCIMENTO, Aires. A. (1998) – *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. (Ed. Crítica) Lisboa: Colibri.
- OVIDE (1966) – *Les métamorphoses*. Paris: Garnier-Flammarion.
- PEREIRA, Paulo (2004) – *Enigmas lugares mágicos de Portugal. Paraísos Perdidos e Terras Prometidas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Paulo (2006) – *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. Vol. 9. Lisboa.
- PEREIRA, Paulo (2006) – *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. Vol. 14. Lisboa.
- PLATON (1950) – *Oeuvres completes*. II. Traducion nouvelle et notes par Léon Robin. France: Gallimard.
- SABRAFÍN, Gabriel (2001) – *Cuentos Fabulosos y otros relatos fantásticos de las Islas Baleares*. Barcelona: La Foradada.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1983) – *Obras II História. Centenário Ribeiriano*. Instituto histórico da Ilha Terceira. Açores: Angra do Heroísmo.
- SANTOS, João Marinho dos (1989) – *Os Açores nos séc. XV e XVI*. Vol. II. Fontes para a história dos Açores. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- SANTOS, S., Alberto (2009) – *A escrava de Córdova*. Porto: Porto Editora.
- TOURS, Grégoire de (1980) – *Calamités et Miracles*. Paris: Éditions Stock.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1969) - *Contos Populares e Lendas*. Vol. II. Coimbra: Por ordem da Universidade.

16. LUÍS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS LISBOA, PORTUGAL



LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais.
Dissertação: *CPLP: a Cultura como Principal Fator de Coesão*. ULHT, Lisboa 02 de julho de 2010.
Formador da Bolsa de Formadores do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).
Adido Cultural nas Embaixadas de Luxemburgo, Bruxelas e Luanda. Abriu o Centro Cultural Português de Luanda (1996) de que foi Diretor até 2001, ano em que foi transferido para o Luxemburgo, onde também foi Diretor do Centro Cultural Português, até 2006.
Produziu centenas de eventos culturais em todas as áreas da cultura: belas-artes, música portuguesa clássica e ligeira, literatura portuguesa, história, filosofia, poesia, pedagogia, gastronomia, didática, e ações nas áreas das bibliotecas, do teatro, da dança, da moda, do folclore, etc.